

John Dewey, Walter Lippmann e Robert E. Park: diálogos sobre públicos, opinião pública e a importância da imprensa

John Dewey, Walter Lippmann and Robert E. Park:
dialogues about the public, public opinion
and the importance of the press

Daniel Reis Silva¹

RESUMO

O artigo aborda contribuições do pensamento da Escola de Chicago acerca de questões como a natureza dos públicos, a formação da opinião pública e o papel da imprensa em tal processo. Para tanto, reconstrói e explora os diálogos ocorridos durante a década de 1920 entre dois importantes autores de tal escola – John Dewey e Robert Ezra Park – com o jornalista Walter Lippmann – diálogos desenvolvidos a partir de comentários e críticas sobre duas obras centrais de Lippmann, *Public Opinion* e *The Phantom Public*. Na tentativa de explorar elementos centrais dos pensamentos desses autores a partir de uma perspectiva comunicacional, a reflexão proposta pelo artigo é centrada em dois eixos: as definições e entendimentos sobre a natureza dos públicos e da opinião pública e a importância da comunicação e da imprensa na formação da opinião pública.

Palavras-chave: opinião pública, comunicação, Escola de Chicago.

ABSTRACT

The article discusses contributions of the thinking of the so-called Chicago School on issues such as nature of the public, the formation of public opinion and the role of the press in such process. To this end, it rebuilds and explores the dialogue that took place during the 1920s between two of the main authors of this school – John Dewey and Robert E. Park – with the journalist Walter Lippmann – dialogues developed from the authors' comments and criticisms about two of Lippmann's books: 'Public Opinion' and 'The Phantom Public'. In an attempt to explore central elements of the thoughts of these authors, the article's reflections focus on two aspects: the definitions and understandings of the nature of the public and of public opinion, the importance of communication and the media in shaping public opinion.

Keywords: public opinion, communication, Chicago School.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Presidente Antônio Carlos, 6627, 31270-901, Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: daniel.rs@hotmail.com.br

Introdução

O Pragmatismo americano e a Escola de Chicago tornaram-se, nas últimas décadas, objetos de uma intensa redescoberta por teóricos das mais diversas áreas de conhecimento. Reconhecida pela sua ênfase em uma microsociologia focada na análise de situações sociais e por esforços empíricos centrados na exploração do fenômeno urbano, a alcunha Escola de Chicago abarca sociólogos e filósofos que desenvolveram seus trabalhos na Universidade de Chicago durante a primeira metade do século XX. Tais autores compartilham de um terreno comum de fundamentação teórica, formulado a partir das perspectivas filosóficas de William James, Charles Pierce, John Dewey e George Herbert Mead. É fundamental, assim, observar que o cerne do pensamento da Escola de Chicago é marcado por uma apropriação de ideais do pragmatismo formulado por James e Pierce, especialmente no que tange aos conceitos de verdade, conhecimento e construção da ciência. Ainda que tais autores precedam a Escola de Chicago, suas reflexões influenciaram significativamente o modo de pensar de Dewey e Mead, apontados entre os fundadores e maiores expoentes daquela escola de pensamento – ambos foram professores em Chicago durante os primeiros anos do século XX e moldaram as bases do pensamento sociológico que guiou a instituição até a década de 1940.

Apesar da grande importância que tal escola de pensamento vem conquistando nos estudos contemporâneos de sociologia e comunicação, as obras de seus autores foram, em sua época, eclipsadas por correntes hegemônicas baseadas no modelo sociológico de Parsons e por perspectivas funcionalistas da comunicação. Esse cenário, porém, foi se modificando a partir da redescoberta dos teóricos da Escola de Chicago por propostas diversas, entre as quais o interacionismo simbólico de Herbert Blumer (1969) e o resgate que Jürgen Habermas faz do pensamento de Mead em sua obra *Teoria do Agir Comunicativo* (1987), retomando as ideias do sociólogo americano sobre o papel central da intersubjetividade para pensar a interação e a comunicação na construção do mundo social. Atualmente, perspectivas desenvolvidas pelos teóricos da Escola de Chicago encontram-se na base do que podemos entender como uma perspectiva relacional da comunicação, com seus autores sendo retomados como importantes aportes em obras da área (França, 2007; Quéré, 2004).

O presente artigo aborda o que pode ser considerado como um episódio específico da retomada do

pensamento da Escola de Chicago: um renovado interesse, a partir de 1980, e em especial no campo das ciências políticas, no debate ocorrido na década de 1920 entre John Dewey, então já reconhecido como um dos mais relevantes acadêmicos e filósofos dos Estados Unidos, e o jornalista Walter Lippmann. Nas últimas décadas, diversos autores (Carrey, 1982, 1987, 1989; Westbrook, 1991; Peters, 1989; Whipple, 2005; Schudson, 2008; DeCesare, 2012) exploraram o debate Dewey-Lippmann, o que permitiu a reflexão sobre traços significativos da perspectiva desses pensadores acerca da democracia e do papel dos públicos no sistema democrático. Em parte, essa redescoberta deve-se ao reconhecimento de que os argumentos e visões apresentados por Dewey e Lippmann acerca de tais temáticas ecoaram significativamente durante o último século, embasando e compondo o pano de fundo de formulações tão díspares como a democracia deliberativa de Habermas e o elitismo democrático de Schumpeter e Lipset.

Argumentamos que, para além de um enfoque centrado em uma noção estreita de política, que normalmente contrapõe os autores e aponta Lippmann como um pensador “antidemocrático” (Schudson, 2008), o ressurgimento da controvérsia Dewey-Lippmann seja de grande importância para a retomada de premissas do pensamento de Dewey e da própria Escola de Chicago sobre uma ampla diversidade de temáticas que permanecem atuais. Perpassam o episódio, nesse sentido, questões sobre a conceituação de públicos, a formação e a importância da opinião pública, o papel da comunicação e da ciência no sistema democrático e os problemas da verdade e do conhecimento em uma realidade socialmente construída – pontos que, em última instância, remetem a questionamentos que nunca foram completamente superados sobre a capacidade dos públicos de participação no sistema democrático de uma sociedade complexa.

Nesse sentido, a proposta do presente artigo consiste de dois movimentos. No primeiro, retomamos a controvérsia Dewey-Lippmann a partir de uma perspectiva comunicacional, enfatizando aspectos distintos daqueles tradicionalmente abordados acerca das visões de democracia desses autores. Acreditamos que a análise do episódio a partir dessa luz possa contribuir com uma ampliação do entendimento acerca da controvérsia ao identificar e explorar contribuições importantes do pensamento dos autores e da própria Escola de Chicago que, por vezes, são deixados em segundo plano.

Para tanto, é necessário reconhecer, antes de qualquer outra questão, a natureza específica dessa controvérsia. Como Schudson (2008) sustenta, o episódio que

se tornou conhecido como o “debate Dewey-Lippmann” é, na verdade, uma construção de teóricos na década de 1980, em especial de James Carrey (1982, 1987). O termo “debate” gera a expectativa de uma troca de razões acerca de uma discordância entre os dois pensadores, algo que nunca ocorreu publicamente nesses moldes. Em vez de um debate, o que se sucedeu entre os autores pode ser descrito com maior exatidão como um diálogo de Dewey com as ideias trabalhadas por Lippmann, sendo tal diálogo tecido a partir de resenhas críticas de duas obras centrais do jornalista americano e que culminaram em uma das mais importantes obras de Dewey, *The Public and its Problems* (1954)².

Pautamos nossa investigação inicial especificamente nessas resenhas, analisando-as com o objetivo de identificar traços importantes da posição de Dewey e Lippmann sobre dois eixos centrais que acreditamos terem importantes implicações para os estudos comunicacionais: (a) as definições e entendimentos sobre a natureza dos públicos e da opinião pública; e (b) a importância da comunicação e da imprensa na formação da opinião pública, incluindo o papel dos especialistas nesse processo.

Nosso segundo movimento, mais inovador, parte da constatação de que Dewey não foi o único teórico da Escola de Chicago que dialogou com Lippmann. Robert Ezra Park, sociólogo e jornalista atuante que teve importante papel na Escola de Chicago, atuando como professor na Universidade de Chicago entre 1914 e 1933, demonstrava grande interesse pelas temáticas das obras de Lippmann, principalmente no que tange às visões sobre o papel e a importância da imprensa na sociedade contemporânea e sua função na formação da opinião pública. Nesse sentido, observamos que Park e Lippmann teceram um diálogo de moldes semelhantes aos que abordamos no episódio Dewey-Lippmann: por meio de resenhas críticas durante a década de 1920. Argumentamos que essas resenhas, apesar de não terem se tornado um tópico recorrente de redescobertas nas últimas décadas como as de Dewey, em parte por não trabalharem com a questão sobre democracia em primeiro plano – atraindo, assim, uma menor atenção de cientistas políticos, principais responsáveis pela retomada do episódio Dewey-Lippmann – possam contribuir com a reflexão baseada em uma perspectiva comunicacional que propomos realizar no presente texto.

Pautados por essa crença, exploramos na segunda parte do artigo o diálogo Park-Lippmann, utilizando como guia para tanto os mesmos eixos destacados anteriormente. Nesse processo, focamos não apenas nas diferenças de tratamento que Park confere às obras de Lippmann em comparação com Dewey, mas também nos pontos comuns entre esses textos, algo que nos permite perceber linhas centrais do pensamento da Escola de Chicago e suas colaborações para os estudos comunicacionais. Em seguida, concluímos nosso percurso observando a reverberação de tal diálogo nas visões de Park sobre a natureza da opinião pública e o papel da imprensa em sua formação.

O debate Dewey-Lippmann

Podemos considerar que a controvérsia entre Dewey e Lippmann teve início em 1922, ano em que Lippmann publicou a obra *Public Opinion*. Um dos pontos nevralgicos daquele trabalho é o questionamento da capacidade de êxito de um governo democrático centrado na opinião pública, uma questão intrinsecamente ligada à própria formação dessa opinião e à capacidade dos públicos de entenderem satisfatoriamente o mundo. Lippmann aponta a dissonância entre um mundo exterior e a imagem do mesmo em nossas mentes, argumentando que o cidadão sempre conhece apenas uma imagem limitada da realidade e dos fatos. Isso ocorre tanto por barreiras estruturais – limitações da imprensa, diferentes modalidades de censura, limitações no contato social, o pouco tempo disponível para se dedicar aos assuntos públicos, distorção de acontecimentos, dificuldade de expressão por meio da linguagem – como também devido à própria natureza da mente humana, incapaz de lidar com todas as sutilezas do mundo. É nesse ponto que o autor cunha a ideia de estereótipos, espécies de categorias fixas utilizadas pelos sujeitos para fazer sentido sobre os diferentes aspectos do mundo. Afirma, assim, que

na maior parte dos casos nós não vemos em primeiro lugar, para então definir, nós definimos primeiro e então vemos. Na confusão brilhante, ruidosa do mundo

² Um fato pouco mencionado sobre o episódio é que, em 1916, Lippmann também publicou uma resenha crítica da obra de Dewey *Democracy and Education*, com o título “A esperança da democracia”. Na época, porém, Lippmann pouco defendia as ideias que veio a formular na década seguinte, se limitando a observar a riqueza da proposta de educação proposta por Dewey, que, em sua visão, expressava o que poderia ser descrito como a melhor esperança do homem liberal (Lippmann, 1916).

exterior, pegamos o que nossa cultura já definiu para nós e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura (Lippmann, 2008, p. 85).

Na tentativa de entender a formação da opinião, Lippmann destaca o papel da imprensa ao mesmo tempo em que observa com extremo ceticismo a função tradicionalmente conferida à mesma de iluminar o debate público. A imprensa, em sua visão, é considerada como responsável (e mesmo se coloca como responsável) por criar a “força mística denominada opinião pública” (Lippmann, 2008, p. 307). Em síntese, Lippmann argumenta que os cidadãos são dotados de uma capacidade limitada de entendimento sobre o mundo a partir de uma representação naturalmente falha do mesmo pela imprensa, o que torna a opinião pública especialmente carente e incapaz de governar. É a partir desse raciocínio básico que o autor argumenta pela necessidade de repensar o ideal democrático, movimento por ele realizado ao reafirmar a importância fundamental dos especialistas, defendendo uma diminuição no papel dos públicos dentro do sistema – um ponto central que Lippmann retornaria em *The Phantom Public*, publicado em 1925.

Em sua segunda incursão por tal temática, Lippmann parte do homem moderno desencantado, alguém chamado a todo o momento a dar opiniões sobre os mais diversos assuntos e que deseja entender a realidade, mas é sufocado e alienado pela complexidade do mundo e da política, recolhendo-se muitas vezes na apatia. É esse homem e seu conhecimento limitado e fragmentado que forma o público ao redor do qual o ideal democrático é construído, um público que estará sempre aquém do que a teoria supõe serem suas obrigações. Em linhas gerais, Lippmann argumenta que é fundamental abandonar a figura mitológica de um cidadão onnicompetente, repensando e limitando o papel dos públicos na democracia – mais do que nunca, é aqui que Lippmann defende que a função administrativa deveria ser restrita aos poucos que, de posse de conhecimentos especializados, teriam capacidade de tomada de decisão.

Essas duas obras tiveram uma grande importância na reflexão de Dewey sobre o público e a natureza da democracia, resultando, inicialmente, em duas resenhas críticas publicadas no periódico *The New Republic* em 1922 e 1925. Um primeiro aspecto a ser observado, e que nos ajuda a desmistificar uma visão tradicional sobre a controvérsia, é relacionado com o fato de que Dewey não rechaça na totalidade a visão e as obras de Lippmann. Ao

contrário, seu julgamento inicial sobre elas é bastante positivo. Nesse sentido, é importante observar como ele caracteriza o livro *Public Opinion*: “talvez a acusação mais eficaz já realizada da democracia como concebida atualmente” (Dewey, 1922, tradução nossa). Ainda sobre aquela obra, Dewey afirma que ela apresenta “uma análise implacável e realista das limitações das imagens em nossas cabeças sobre o mundo” (Dewey, 1922, tradução nossa), elogiando como Lippmann trabalha o problema do conhecimento e argumentando que a reflexão do autor é uma contribuição epistemológica de extrema significância para a filosofia.

Ao analisar a estrutura de *Public Opinion*, Dewey (1922) divide a obra em duas partes: um primeiro momento, que traça um diagnóstico sobre o papel dos públicos e da opinião pública, e um movimento subsequente, que lida com possíveis remédios para a condição da democracia frente aos problemas anteriormente detectados. É acerca do diagnóstico que Dewey tece seus maiores elogios e concentra suas principais concordâncias, afirmando que ela “estremece a maioria de nossas ilusões, e essas jamais podem ser trazidas de volta por quem lê esses capítulos com uma mente aberta” (Dewey, 1922, tradução nossa). Como Whipple (2005) aponta, a crítica de Lippmann sobre a democracia colocava em xeque, utilizando preocupações filosóficas familiares à obra de Dewey, a própria concepção que Dewey até então defendia sobre a democracia, abalando, assim, as próprias “ilusões” do pragmatista. Nesse sentido, “Lippmann desafiou Dewey nas próprias bases filosóficas de Dewey” (Whipple, 2005, p. 159, tradução nossa), dando início a um processo de reflexão que culminaria, cinco anos depois, em *The Public and its Problems*.

Ao mesmo tempo em que acenava positivamente para o diagnóstico tecida em *Public Opinion*, concordando em larga medida com os principais pontos destacados no mesmo, a resenha crítica de Dewey apontava também para o que se tornaria, com o passar dos anos, um elemento central da discordância entre os autores: os remédios propostos por Lippmann, especialmente sua visão sobre qual deveria ser o papel dos públicos e da imprensa no sistema democrático. Tais pontos de dissonância retornariam nos escritos posteriores de Dewey sobre *The Phantom Public*.

Dewey inicia sua segunda resenha com uma precaução: aqueles que realizarem apenas uma leitura desatenta e superficial de *The Phantom Public*, ou mesmo usarem citações de passagens da obra divorciadas do seu contexto, poderiam incorrer facilmente no equívoco de sugerir que Lippmann estaria advogando contra a democracia – um alerta que ainda hoje se mostra pertinente para muitos que estigmatizam a obra de Lippmann. Dewey

argumenta que tal posição seria incorreta em sua essência, pois tal obra

é, na realidade, uma declaração de fé em uma teoria democrática centrada, uma apresentação dos métodos pelos quais uma concepção razoável de democracia é possível, não absolutamente, mas melhor do que a democracia funciona em uma exagerada e indisciplinada noção do público e de seus poderes (Dewey, 1925, p. 52, tradução nossa).

Assim como em sua resenha anterior, Dewey afirma concordar com as premissas iniciais da análise apresentada, mas não com as conclusões do autor. Sua discordância com a obra, porém, ocorre em um nível mais fundamental do que em *Public Opinion*, com Dewey questionando não apenas os remédios de Lippmann para a democracia, mas a própria natureza do público apontada pelo autor para sustentar sua perspectiva. Dessa forma, Dewey afirma que *The Phantom Public* deve ser encarado como o início de um processo de repensar a democracia, mas não como um projeto acabado – a obra suscita questões de extrema relevância, abrindo campos importantes de investigação sobre os públicos. Dewey começou a trabalhar imediatamente em tal proposta de reflexão (Gouinlock, 2008): sua resenha sobre *The Phantom Public*, publicada em 1925, foi prontamente sucedida por uma série de palestras sobre o tema no Kenyon College em 1926, palestras que constituíram *The Publics and its Problems*, em 1927.

Não pretendemos abordar todas as minúcias do pensamento que Dewey e Lippmann desenvolvem em suas respectivas obras. Nossa opção é concentrar a investigação sobre aspectos centrais de discordância entre os autores que acreditamos permitir explorar preceitos fundamentais de suas perspectivas e que configuram questões relevantes no debate contemporâneo sobre o tema da opinião pública: as definições e entendimentos sobre a natureza dos públicos e da opinião pública e a importância da comunicação e da imprensa na formação da opinião pública, incluindo o papel dos especialistas na democracia.

Os públicos e seus problemas

Começamos nossos esforços abordando o que talvez seja o tópico com as diferenças mais fundamentais

entre Dewey e Lippmann: o entendimento sobre a natureza dos públicos. Em *The Phantom Public*, Lippmann desenvolve a ideia da existência de múltiplos públicos, que, apesar de fundamentalmente voláteis e elusivos, aparecem de tempos em tempos, intermitentes, opinando sobre determinadas situações controversas. Em uma observação importante, o autor constata que o público é uma abstração, jamais podendo ser considerado como “um corpo fixo de indivíduos, sendo meramente as pessoas que se interessam sobre um determinado problema e que podem, pelo seu apoio ou oposição, influenciar no mesmo” (Lippmann, 2011, p. 67, tradução nossa) – uma visão que ecoaria tanto na visão de Dewey que veremos a seguir como também na concepção de Blumer (1971) sobre os públicos. Nesses termos, o público é definido pela sua posição em relação ao problema: ele é um *outsider*, distante do problema, incapaz de compreendê-lo em suas minúcias.

Abstrato, o público de Lippmann é também inexperiente em sua curiosidade, intermitente, capaz de discernir apenas distinções brutas. É lento ao despertar e rapidamente perde o foco sobre o problema em questão – motivo pelo qual o autor afirma que o público aparece em cena no meio do terceiro ato e sai antes do fechamento das cortinas. Ainda mais grave: é extremamente dependente dos meios de comunicação, em especial da imprensa e da propaganda, para a formação de suas opiniões – o que acentua suas limitações. Lippmann, um jornalista atuante, assinala que a imprensa “é muito mais frágil do que a teoria democrática já admitiu. É demasiadamente frágil para carregar todo o peso da soberania popular e fornecer espontaneamente uma verdade que os democratas gostariam que fosse inata” (Lippmann, 2008, p. 307). Os jornais são limitados pelas suas próprias naturezas e lógicas, suscetíveis a influências diversas, com as notícias sendo sempre relatos isolados de acontecimentos, selecionados a partir de critérios subjetivos e econômicos e recorrendo aos estereótipos. Não se trata mais de advogar por uma imprensa melhor, uma perspectiva assumida pelo próprio Lippmann em suas primeiras obras, mas reconhecer que a imprensa é naturalmente assim, da mesma forma com que os públicos são naturalmente frágeis.

Whipple (2005), a partir de Carrey (1989), propõe a utilização de metáforas para auxiliar na diferenciação de perspectiva entre Lippmann e Dewey. Nesse viés, o público de Lippmann pode ser compreendido primariamente por meio da metáfora da visão: eles são espectadores, não participantes ativos. Eles assistem e constroem representações visuais limitadas sobre um grande debate que chega a eles de maneira incompleta por meio da imprensa.

É importante reconhecer, porém, que Lippmann evita abraçar completamente essa perspectiva ao apontar que os públicos possuem uma função importante na democracia: eles se alinham com um dos lados envolvidos, decretam seu apoio. Eles são, assim, receptores passivos que assistem ao debate e, em determinado momento, apoiam um dos envolvidos. Quando desses públicos se exige mais, os resultados sempre serão negativos.

É justamente sobre esse aspecto que encontramos a maior discordância de Dewey, que defende uma visão de grande importância para os estudos comunicacionais: o ser humano não é um espectador passivo, mas, naturalmente, um participante ativo por meio da própria atividade de comunicação. A ideia de públicos de Dewey (1954) está fundamentada sobre tal ideal, sendo calcada na experiência e dotada de duas dimensões: o sofrer e o agir. O público, inicialmente, sofre. Um conjunto de pessoas é afetado indiretamente por um acontecimento ou situação, e é a partir dessa afetação e da interação entre os sujeitos que se institui o público. Existe algo essencialmente situacional nessa visão: o público assume configurações diversas a partir da própria situação que o afeta, não tendo uma existência apriorística, não sendo um corpo fixo. O público é assim instituído em uma relação específica, é uma ordenação de papéis momentânea.

Porém, o público não apenas assiste passivamente os acontecimentos. Afetado, ele reage. O público se posiciona perante aquilo que o afeta, produzindo e compartilhando sentidos, adotando comportamentos e fazendo escolhas, assumindo, portanto, um papel de agente. O público busca intervir sobre a situação que lhe afeta, e o sofrer e o agir não podem ser separados, eles são aspectos encontrados na própria essência do que é um público para Dewey. Dessa forma, a perspectiva de Dewey pode ser entendida, nos termos de Whipple (2005), pelas metáforas da audição e da fala.

Dewey deposita grande fé no poder de agência do público e em sua inteligência, decorrente da crença em uma capacidade reflexiva dos sujeitos que marca a obra do autor – e que perpassa a própria ideia de comunicação por ele defendida. Apesar disso, Dewey concordava com o diagnóstico de Lippmann sobre a delicada situação do público na democracia de sua época, cada vez mais alienado, aturdido e incapaz de lidar com suas responsabilidades democráticas – nos termos de Dewey, tal situação poderia ser entendida como um eclipse do público. A visão dos autores, porém, difere ao pensar sobre os motivos de tal situação. Para Lippmann, o cerne do problema está nas limitações dos próprios públicos, sua incapacidade de

compreender o mundo com a complexidade necessária para tomar decisões que supostamente caberiam a eles pelo ideal democrático. Nessa perspectiva, o público é naturalmente um fantasma, algo que paira sem forma definida e cuja ação é sempre questionável.

Já Dewey trata o problema por uma perspectiva distinta. Para ele, a responsabilidade do eclipse do público não recai sobre o próprio público, mas sobre o contexto social, cultural e político. O eclipse é causado pelas mudanças sociais que resultaram na perda da comunidade sobre a qual as bases democráticas eram construídas. Um dos principais desafios, segundo o pragmatista, é que, na vasta complexidade de um mundo interconectado, nem sempre há clareza sobre o que afeta os sujeitos ou sobre os interesses em questão. Sem mudanças nesse contexto – como veremos em seguida, as grandes apostas de Dewey para a mudança perpassam a comunicação e a educação – não é possível imaginar que o público deixe de ser uma “entidade sem forma, procurando espasmodicamente por si mesma, mas encontrando apenas suas sombras, e não sua substância” (Dewey, 1954, p. 142, tradução nossa) – uma passagem da obra de Dewey que poderia ser, em uma análise superficial, erroneamente atribuída à Lippmann.

Dewey comenta, ainda, que Lippmann abandona rapidamente a defesa da imprensa, assumindo que ela não pode ser modificada. Trilhando um caminho distinto, o autor sugere que é necessário retomar a função dos jornais e dos meios de comunicação, observando que, apesar de suas limitações, eles podem se tornar elementos de extrema importância para o fim do eclipse do público, ao permitirem que os sujeitos entendam condições e forças que estão por detrás dos acontecimentos e construam o comum. Os jornais, assim, podem dar início a processos reflexivos, contribuir para aumentar a capacidade dos públicos de analisarem a realidade. Para Dewey, a mudança na situação do público perpassa a criação de uma Grande Comunidade, algo que só pode ser construído pela comunicação, com extensivas discussões públicas e uma vida pública bem informada, que permita aos sujeitos tornarem comuns suas compreensões sobre os problemas que os afligem.

Sobre esse último ponto, é fundamental apontar que Dewey não aborda em suas obras alguns pontos importantes da crítica tecida por Lippmann sobre a comunicação distorcida e as limitações da imprensa. Dewey evita, assim, entrar em uma discussão sobre as influências concretas na opinião pública e as lógicas do jornalismo e da propaganda, algo que Lippmann desenvolve a partir de suas significativas experiências profissionais como um

exponente do jornalismo norte-americano e que ocupa importante lugar na visão crítica por ele defendida. Dewey, por outro lado, mantém sua reflexão em um campo filosófico sobre a comunicação, complementando sua perspectiva com a aposta na educação e na capacidade reflexiva dos públicos.

Outro aspecto de grande importância para compreender as visões sobre público e opinião pública de Dewey e Lippmann pode ser identificado ao redor da temática dos especialistas e do papel da ciência na democracia. Os especialistas constituem um dos pilares fundamentais na perspectiva de Lippmann, com o autor advogando por uma maior e mais decisiva participação desses no processo democrático – algo que fez com que sua visão fosse identificada por muitos como uma perspectiva elitista, e não democrática (Schudson, 2008). Porém, como Dewey nos lembra, é necessário cautela antes de abraçar categorizações como essa sobre a obra de Lippmann.

Dentre os vários autores que abordaram a visão de Lippmann sobre o tema (Carey, 1982, 1987; Schudson, 2008), talvez seja Westbrook (1991) que sume a maneira mais direta a questão do papel do especialista. Segundo Westbrook, Lippmann sustenta que

a opinião especializada não deveria ser direcionada para o cidadão ordinário, mas para as elites governamentais. O propósito da inteligência organizada não era sobrecarregar cada cidadão com a opinião de peritos sobre todas as questões, mas deslocar essa carga para longe dos mesmos, em direção ao administrador responsável (Westbrook, 1991, p. 299, tradução nossa).

Não se trata, assim, de um governo literalmente constituído por especialistas, mas, sim, de uma crença de Lippmann de que esses deveriam fornecer aos administradores uma visão desapassionada e científica sobre a realidade, permitindo uma ampliação do conhecimento de mundo que capacitasse os mesmos para lidar com a complexidade social e superar as limitações inerentes aos públicos e à mente humana.

Dewey discordava fundamentalmente dessa perspectiva de Lippmann, por enxergar na ciência um grande potencial para o bem público e para a opinião pública. Para Dewey, mais importante do que prover um conhecimento qualificado sobre a realidade, a ciência se destaca pelo seu modo de pensar, um modelo ideal de inteligência reflexiva capaz de despertar a reflexão, a curiosidade crítica e a tolerância para novas ideias. Em sua visão, baseada em ideias refinadas ao longo de sua trajetória intelectual so-

bre o processo cognitivo do ser humano, o argumento de Lippmann exagerava a importância dos políticos e da ação política, deixando de lado o enorme potencial da ciência e do pensamento científico em transformar os próprios públicos e de “exercer a mais revolucionária influência nos costumes” (Dewey, 2002, p. 78, tradução nossa).

A aposta de Dewey na ciência e nos processos cognitivos dos públicos é substancialmente diferente, e mais audaz, do que a de Lippmann: mais do que iluminar oficiais do governo, o pensamento científico deve ser algo voltado para aumentar a capacidade de reflexão da própria opinião pública. Para tanto, Dewey destaca que a educação é o ponto chave a ser desenvolvido, com os especialistas tendo um papel de popularizar o conhecimento e possibilitar que os cidadãos possam decidir sobre os seus problemas por meio de um pensamento científico – e justamente por essa “educação geral fundamental ser, ao mesmo tempo, tão necessária e difícil de atingir que o empreendimento democrático é tão desafiador” (Dewey, 1922, p. 288, tradução nossa). Dewey termina sua reflexão, tanto em *The Public and Its Problems* como nas resenhas críticas sobre a obra de Lippmann, com um tom otimista, apostando na educação e no potencial reflexivo da mente humana para superar as barreiras que se colocam frente à opinião pública para atingir o princípio democrático.

Apesar de todas as divergências que Dewey apresenta em sua obra acerca da perspectiva de Lippmann, não se tem conhecimento de nenhuma resposta formal ou comentário do jornalista americano. Temos, assim, dois autores com propostas e visões distintas sobre um mesmo tema, nomes que se tornaram importantes referências, influenciando obras e pensadores diversos em esforços para explorar a temática. Como veremos em seguida, resquícios desse debate podem ser encontrados, inclusive, na obra de Robert Park.

O diálogo Park-Lippmann

Como mencionado anteriormente, o diálogo entre Park e Lippmann difere bastante da controvérsia Dewey-Lippmann quando pensamos em sua reverberação – o episódio não foi objeto de uma extensiva exploração nas últimas décadas, e permanece ainda hoje basicamente inexplorado. Apesar disso, podemos dizer que, à primeira vista, esse era um diálogo de certa forma mais natural, pela própria afinidade da temática de interesse dos autores – na

época de *Public Opinion*, Dewey pouco havia explorado a questão dos públicos e da opinião pública em suas obras, enquanto Park havia realizado sua tese de doutorado justamente sobre tal temática, abordando a diferença entre públicos e multidões. Outra similaridade entre Park e Lippmann era o histórico bastante extenso de atuação profissional no campo do jornalismo que ambos os autores possuíam, o que refletia também em suas obras.

Podemos reconstituir um diálogo entre Park e Lippmann durante a década de 1920 por meio de uma série de resenhas críticas tecidas pelos autores. Em um primeiro movimento, Park e Burgess adaptaram em sua obra seminal *Introduction to the Science of Sociology* (1921) um trecho do livro *Liberty and the News*, publicado por Lippmann em 1920, para tratar sobre o controle social da imprensa. Nos anos seguintes, Park e Lippmann trocaram resenhas críticas sobre suas obras. Dessa forma, Park escreveu, assim como Dewey, resenhas críticas sobre *Public Opinion*, publicada no *The American Journal of Sociology* (1922), e sobre *The Phantom Public*, publicada nos anais da *American Academy of Political and Social Science* (1926). Já Lippmann publicou no *The New Republic* uma resenha crítica sobre a obra *The Immigrant Press and Its Control*, de autoria de Park e lançada em 1922.

Um aspecto que emerge despertando nosso interesse e que merece ser observado é a diferença de abordagem que Park e Dewey dedicam às mesmas obras de Lippmann. Enquanto Dewey encara tais obras em um sentido amplo, pensando-as como o início de um processo de reflexão sobre a democracia e como um desafio para suas próprias concepções democráticas, de construção de conhecimento e da natureza dos públicos, o ponto de entrada de Park encontra-se nas perspectivas de Lippmann sobre a imprensa, partindo delas para abordar a relação entre imprensa e verdade, bem como características da opinião pública – temas que seriam recorrentes em sua obra. Apesar disso, as resenhas de Park são perpassadas por traços marcantes do pensamento da Escola de Chicago sobre a comunicação, a imprensa e a opinião pública.

Um primeiro aspecto do diálogo Park-Lippmann se refere à relação entre imprensa e verdade. Park (1922) afirma que a mais importante contribuição de *Public Opinion* pode ser encontrada não nos seus capítulos iniciais ou na problematização sobre a democracia, mas, sim, na conclusão de Lippmann de que “notícias e verdade não são a mesma coisa, e precisam ser claramente distinguidas” (Lippmann, 2008, p. 304). Enquanto Park critica Lippmann por este ainda “ser absolutista o suficiente para assumir que existe, em algum lugar, um Fato com

F maiúsculo, um fato que, em outras palavras, pode ser expresso de forma tão completa e precisa que teria, para todo indivíduo, em qualquer tempo e circunstâncias, um único sentido” (Park, 1922, p. 232, tradução nossa), ele ressalta a pertinência e o avanço da perspectiva de que uma notícia nunca será uma verdade, mas sim algo que sinaliza apenas para um acontecimento presente, incapaz de ir além, desvelar o passado ou questões futuras.

Nesse ponto, nos parece inevitável observar ecos dessa reflexão inicial sobre a natureza das notícias na teorização que Park torna célebre em 1940 com seu artigo *News as a form of knowledge* (1940). Naquele texto, Park remete a distinção que William James (1950), uma das principais influências teóricas da Escola de Chicago, traça sobre duas formas de conhecimento: a familiaridade e o conhecimento sobre. A primeira é uma forma de conhecimento experiencial não articulado que adquirimos no contato com o mundo, enquanto a segunda deriva de uma investigação sistemática sobre a natureza, um conhecimento metodicamente construído a partir de um aparato lógico e formal. Exploradas tais categorias, Park afirma que a notícia não se encaixa em nenhuma das duas – ela não é um conhecimento sistemático, não é história, não é uma familiaridade com algo. Assim, ressalta que as “notícias lidam, em geral, com acontecimentos isolados e não procura relacionar eles com outros nem de maneira causal ou na forma de sequências teleológicas” (Park, 1940, p. 675, tradução nossa). O significado de uma notícia é momentâneo, elas informam sobre um presente e não levam, por si, a uma organização científica ou a verdades.

O segundo aspecto a ser destacado no diálogo de Park e Lippmann refere-se à ideia de opinião pública e sua formação. Desde seus primeiros escritos sobre o tema, Park chama a atenção para a importância da opinião pública na sociedade moderna e nas cidades, onde ela se torna uma força de controle social. É nesse sentido que se torna de grande relevância as tentativas de compreender a natureza da opinião pública, sendo “importante investigar as medidas e os mecanismos que passaram a ser utilizados praticamente no esforço de controlar, esclarecer e explorá-la” (Park, 1967, p. 65). O autor destaca que o primeiro e mais importante desses mecanismos é justamente a imprensa – e nesse ponto é relativamente fácil imaginar o terreno comum entre tal visão e as perspectivas trabalhadas por Lippmann.

Park, porém, observa que a imprensa atua na formação da opinião pública de uma maneira distinta da perspectiva apontada por Lippmann em *The Phantom Public*: a notícia não é apenas algo para a qual os públicos olham, mas algo que os faz falar. Uma das características

definidores do público, na concepção de Park, encontra-se justamente na discussão e na troca comunicativa, capazes de criar algo compartilhado, um propósito comum – ponto que marca a diferença entre público e multidão. A opinião pública está relacionada com essa troca comunicacional, sendo assim fundamental observar que a notícia é o que faz as pessoas falarem, algo que provoca discussões, que gera interpretações que são coletivamente construídas, que desperta processos de reflexão capazes de gerar um senso de comunidade e o progresso social.

Park fortaleceu sua posição sobre o tema a investigação em *The Immigrant Press and its Control*, que apontava justamente para a importância da interpretação e o papel da imprensa. Se pensarmos nos termos metafóricos de públicos que abordamos no episódio Dewey-Lippmann, tal concepção de Park alinha-se com a metáfora de ouvir e falar do pragmatista americano – compartilhando uma crença sobre o papel ativo do público a partir da comunicação. Trata-se, em última instância, de uma perspectiva na qual a comunicação é encarada como um processo por natureza reflexivo, e Park reforça a mesma ao apresentar em suas resenhas objeções com o caráter muitas vezes passivo que marca a noção de públicos de Lippmann.

Esse entendimento de Park é importante para observar também outro momento de sua resenha sobre *Public Opinion* que diverge da reflexão de Lippmann. Enquanto Lippmann esvazia das notícias quase toda esperança democrática após constatar que elas jamais poderiam lidar com a verdade, Park renova sua aposta nas mesmas com um argumento bastante familiar na tradição de pensamento de Dewey e da Escola de Chicago: a educação. As notícias podem não trazer nunca a verdade, mas elas podem se tornar detentoras de informações mais precisas, devido aos avanços das ciências sociais e ao papel das escolas. Assim, Park conclui sua resenha afirmando que

as notícias estarão mais perto da verdade na proporção em que nossos estudantes da vida social descobrirem mais dos fatos fundamentais da vida social, e nossos professores em escolas públicas apresentarem os mesmos para os estudantes de tal forma que eles possam usá-los na leitura dos jornais diários (Park, 1922, p. 234, tradução nossa).

O diálogo entre Park e Lippmann, porém, não se encerra naquele momento. Como McLelland (1995) aponta em sua dissertação acerca de Park, as obras posteriores do sociólogo, especialmente aquelas do início da década de 1940 – entre outras, *News as a form of knowledge*

(1940) e *News and the power of the press* (1941), – retomam e incorporam diversos elementos da perspectiva crítica de Lippmann sobre a opinião pública, algo que marcaria uma virada em seu pensamento rumo à uma visão mais pessimista acerca da realidade social. Apesar de inicialmente não demonstrar concordância com diversas das críticas de Lippmann sobre a opinião pública, Park tece, na década de 1940, comentários sobre a superficialidade da opinião pública que ecoam a visão de Lippmann, afirmando que a atenção do público é “vacilante, instável e facilmente distraída” (Park, 1940, p. 676, tradução nossa). Apesar de não abandonar a importância da discussão para a formação do público, o autor passa a apontar também para a credulidade ingênua e o preconceito presentes em diversos momentos na opinião pública, bem como para as limitações da imprensa, sua predileção por generalidades e sua incapacidade de fomentar discussões sobre determinados temas que englobem uma variedade de vozes e opiniões (Park, 1941) – fatores que atrapalhariam o processo reflexivo que marca o surgimento dos públicos.

É revelador observar que, nesse momento, Park retoma algumas das críticas de Lippmann sobre as lógicas e distorções da imprensa, abordando uma série de impactos negativos desses fatores na opinião pública e identificando uma maior fragilidade dos públicos frente a tais práticas. Como mencionado anteriormente, essas críticas foram ignoradas por Dewey em seu diálogo com Lippmann, e tampouco marcavam presença nas resenhas críticas tecidas por Park na década de 1920.

Acreditamos ser correta a observação de McLelland (1995) sobre o teórico dividido que emerge nas obras posteriores de Park. Por um lado, Park continua trabalhando e defendendo, em certas passagens, elementos caros ao projeto de Dewey e às bases de pensamento da Escola de Chicago, especialmente em observações sobre o potencial reflexivo da comunicação e dos públicos, sobre o papel da educação no desenvolvimento de capacidades de interpretação e na inteligência e sobre a importância de uma comunicação democrática para a constituição de uma comunidade e da opinião pública.

Por outro, Park oscila em momentos que incorporam também diversos resquícios da perspectiva de Lippmann sobre os problemas na própria natureza dos públicos e da imprensa, preocupado com limitações da capacidade de compreensão dos públicos, no desenvolvimento cultural das comunidades e na lógica de funcionamento da imprensa, fatores de difícil alteração e que resultariam em uma racionalidade rudimentar presente na opinião pública, principalmente em momentos de crise.

Considerações finais

Chegamos, assim, ao final de nosso percurso observando reverberações do diálogo entre Park e Lippmann, bem como a forma com que esses remetem para elementos do debate entre Dewey e Lippmann. Como mencionado, nosso objetivo não era propor um tratado extensivo sobre as visões desses autores, mas sim abordar tópicos específicos. Nesse sentido, acreditamos que recuperar esses diálogos nos permite observar alguns dos traços definidores das obras desses teóricos, ampliando a compreensão sobre as ideias dos mesmos acerca da temática da natureza dos públicos, da opinião pública e o papel da imprensa em sua formação.

Retornemos, então, à controvérsia Dewey-Lippmann. Propomos, porém, um deslocamento da noção sobre qual seria o aspecto central da divergência entre esses autores: mais do que entendimentos distintos acerca da democracia, Dewey e Lippmann possuíam visões conflitantes sobre a própria essência do processo comunicativo. Por esse viés, podemos argumentar que os diferentes modos de ver dos autores sobre a comunicação eram refletidos diretamente na compreensão dos mesmos sobre a natureza dos públicos.

Para Dewey, a comunicação é um processo inerentemente reflexivo, incerto, construído a partir da interação – um entendimento compartilhado por diversos autores da Escola de Chicago, como Mead (França, 2007) e o próprio Park. A visão de públicos de Dewey compartilha dessas características na medida em que os públicos seriam, em última instância, formados por meio do processo comunicativo: os públicos não são corpos fixos, são situacionais, surgem a partir da interação entre pessoas que se sentem em alguma medida afetadas por um acontecimento. Mais ainda, os públicos são entes reflexivos que produzem e compartilham sentidos. Não são espectadores, mas sim agentes na construção da realidade, capazes de engajarem-se em conversações críticas acerca dos acontecimentos (e das notícias trazidas pela imprensa).

Essa visão contrastava decisivamente com as ideias de Lippmann. Apesar de o jornalista norte-americano não ter se engajado em uma discussão aprofundada sobre o processo comunicativo, podemos observar em sua conceitualização de públicos um entendimento acerca da comunicação que destoava da ideia reflexiva de Dewey. O público de Lippmann é uma entidade na qual o compartilhamento e a produção de sentidos estão ausentes – ele apenas recebe *inputs* sobre o mundo por meio da comunicação de massa,

e, em um momento posterior, emite *outputs* a partir das imagens de mundo que as pessoas daquele público formam em suas próprias cabeças. Ele age, assim, a partir das informações recebidas, mas não vai muito além das mesmas. O processo de comunicação é tratado de uma forma linear, que se aproxima, em alguns momentos, de uma lógica transmissiva.

A partir do ponto de vista de Lippmann, é compreensível a suposição de que os públicos possuem menos recursos para reagir aos vícios da imprensa. Dependentes das informações que recebem, eles se tornam mais vulneráveis aos problemas da influência e da propaganda, menos capazes de formarem uma compreensão adequada do mundo. Quanto o público é removido de uma posição passiva, como na visão de Dewey, é uma consequência de certa forma esperada que essas preocupações percam (ao menos momentaneamente, como veremos) centralidade.

Porém, precisamos de cautela para evitar a tentação de considerar a visão de Lippmann como comunicativamente superada e simplesmente descartar suas críticas. É justamente nesse momento que um retorno à obra de Park se mostra de grande relevância. Como observamos previamente, em um primeiro momento, Park tece críticas aos posicionamentos de Lippmann sobre os públicos e a opinião pública a partir de uma visão comum entre teóricos da Escola de Chicago – alguns de seus principais argumentos contra Lippmann residiam justamente no aspecto reflexivo da comunicação, na impossibilidade de considerar os públicos como instâncias passivas e na forma com que a imprensa não apenas transmitia informações, mas dava também início a processos de conversação nos quais sentidos eram construídos pelos sujeitos em interação.

O ponto mais intrigante, porém, é a mudança no posicionamento de Park acerca de aspectos dessa temática em suas obras posteriores. Nestas, Park apresenta uma posição que se aproxima em certos momentos daquela defendida por Lippmann, em especial ao tratar das limitações dos públicos frente às lógicas de funcionamento da imprensa – argumentos que foram deixados de lado durante a década de 1920 por ele e por Dewey. Ao mesmo tempo, o autor não abandonava as bases do pensamento da Escola de Chicago sobre a comunicação. Em seus textos, os públicos não se tornavam subitamente receptores passivos, mas eram mais problematizados do que na visão anterior – de certa forma, os públicos eram apresentados como mais vulneráveis às influências diversas. A imprensa, em especial, era vista não apenas como um ator que dava início aos processos de conversação, mas que possuía também um papel central na configuração dessas conversações,

o que significava que os vícios oriundos de suas lógicas comerciais adquiriam renovada relevância.

Nesse sentido, as obras posteriores de Park construíram uma curiosa ponte entre as visões da Escola de Chicago e as críticas tecidas por Lippmann sobre a imprensa e a propaganda. Não se trata, porém, de uma ponte completa ou mesmo coesa – e não é sem motivos que McLelland (1995) aponte Park como um teórico dividido. Longe de oferecer uma resposta ou propor uma nova teoria sobre os públicos, talvez a grande contribuição de Park seja a sugestão de que as questões acerca dessa temática são mais complexas e multifacetadas do que sua visão (e a perspectiva da Escola de Chicago) inicialmente assumia, em especial quando questionamentos sobre assimetrias de poder, a influência da propaganda e da imprensa, a diversidade de interesses no mundo contemporâneo e a ideia de autonomia dos públicos entram em cena. De certa forma, Park acaba por observar limitações nas visões sobre públicos e opinião pública compartilhadas por diversos autores da Escola de Chicago, e esses aspectos devem ser levados em consideração e problematizados por aqueles que operam com o resgate das contribuições do pensamento dessa escola para os estudos comunicacionais atuais.

Enfim, o movimento realizado no presente artigo permitiu observar traços do pensamento da Escola de Chicago que permanecem ainda hoje pouco explorados, mas que constituem uma faceta importante do legado teórico de tais autores. Mais do que apenas apontar para um debate que era relevante dentro de um contexto histórico específico, revisitar os diálogos entre Dewey, Park e Lippmann abre campos de reflexão mais amplos sobre importantes questões, que, mesmo modificadas pelas novas tecnologias e contextos sociais, permanecem em voga na sociedade, revelando novas chaves de leitura para os fenômenos contemporâneos. A formação da opinião pública, em si, permanece um tópico de grande relevância, principalmente em um contexto que abarca a ascensão das mídias sociais, o que estabelece novas e diversas dinâmicas na esfera pública e no funcionamento da própria imprensa. Ao observar tais tópicos de discussão, acreditamos que os diálogos entre Dewey, Park e Lippmann continuam, com suas devidas ressalvas, relevantes e merecedores de novas visitas.

Referências

- BLUMER, H. 1971. A massa, o público e a opinião pública. In: G. COHN (org.), *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, p. 9-14.
- BLUMER, H. 1969. *Symbolic interactionism: Perspective and method*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 224 p.
- CAREY, J.W. 1989. Communications and the progressives. *Critical Studies in Mass Communication*, 6(3):264-282. <http://dx.doi.org/10.1080/15295038909366752>
- CAREY, J.W. 1982. Mass media: The critical view. In: *Communications Yearbook V*. Beverly Hills, Sage Publications, p. 18-33.
- CAREY, J.W. 1987. The press and the public discourse. *The Center Magazine*, 20(2):4-16.
- DECESARE, T. 2012. The Lippmann-Dewey “debate” revisited: the problem of knowledge and the role of experts in modern democratic theory. *Philosophical Studies in Education*, 43(1):106-116.
- DEWEY, J. 2002. *Human nature and conduct*. Mineola, Dover Publications, 344 p.
- DEWEY, J. 1925. Practical democracy. The Phantom Public, by Walter Lippmann. The New Republic, 2 dez.
- DEWEY, J. 1922. Public Opinion, by Walter Lippmann. The New Republic, 3 mai.
- DEWEY, J. 1954. *The public and its problems*. Ohio, Swallow Press Books, 242 p.
- FRANÇA, V. 2007. Contribuições de G. H. MEAD para pensar a comunicação. In: Encontro da Compós, XVI, Curitiba, 2007. *Anais... GT Epistemologia da Comunicação*. Curitiba, Universidade Tuiuti do Paraná [CD-ROM].
- GOUINLOCK, J. 2008. Introduction. In: J. DEWEY; J. BOYDSTON; J. GOUINLOCK (org.), *The Later Works of John Dewey, Volume 2, 1925 - 1953: 1925-1927, Essays, Reviews, Miscellany, and The Public and Its Problems (The Collected Works of John Dewey, 1882-1953)*. Chicago, Southern Illinois University Press, p. ix-xxxv.
- HABERMAS, J. 1987. *The Theory of communicative action*. Boston, Beacon, vol. 2, 457 p.
- JAMES, W. 1950. *The Principles of psychology*. Mineola, Dover Publications, vol. 1, 720 p.
- LIPPMANN, W. 1916. The Hope of Democracy. Democracy and Education, by John Dewey. *The New Republic*, 1 jul.
- LIPPMANN, W. 2008. *Opinião Pública*. Petrópolis, Editora Vozes, 352 p.
- LIPPMANN, W. 2011. *The Phantom Public*. New Brunswick, Transaction Publishers, 195 p.
- MCLELLAND, A. 1995. *Robert E. Park's theory of newspaper and news*. Montreal, QB. Dissertação de Mestrado. McGill University, 120 p.
- PARK, R.E. 1967. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: O.G. VELHO (org.), *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 25-66.

- PARK, R.E. 1941. News and the power of the press. *American Journal of Sociology*, **47**(1):1-11. <http://dx.doi.org/10.1086/218818>
- PARK, R.E. 1940. News as a Form of Knowledge: A Chapter in the Sociology of Knowledges. *American Journal of Sociology*, **45**(5):669-686. <http://dx.doi.org/10.1086/218445>
- PARK, R.E. 1922. Public Opinion, by Walter Lippmann. *The American Journal of Sociology*, **28**(2):232-234. <http://dx.doi.org/10.1086/213442>
- PARK, R.E. 1926. The Phantom Public, by Walter Lippmann. In: *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, **124**(1):194. <http://dx.doi.org/10.1177/000271622612400134>
- PARK, R.E.; BURGESS, E. 1921. *Introduction to the Science of Sociology*. Chicago, The University of Chicago Press, 504 p.
- PETERS, J. 1989. Democracy and American mass communication theory: Dewey, Lippmann, Lazarsfeld. *Communications*, **11**(2):199-202.
- QUÉRÉ, L. 2004. Behaviorisme et pragmatisme. Enquête et modes d'expérience chez G.H. Mead. In: B. KARSENTI; L. QUÉRÉ (org.), *La croyance et l'enquête. Aux sources du pragmatisme*. Paris, EHESS, p. 289-316.
- SCHUDSON, M. 2008. The "Lippmann-Dewey Debate" and the invention of Walter Lippmann as an Anti-Democrat. *International Journal of Communication*, **2**:1031-1048.
- WESTBROOK, R. 1991. *John Dewey and American Democracy*. Ithaca, Cornell University Press, 592 p.
- WHIPPLE, M. 2005. The Dewey-Lippmann Debate Today: Communication Distortions, Reflective Agency and Participatory Democracy. *Sociological Theory*, **23**(2):156-178. <http://dx.doi.org/10.1111/j.0735-2751.2005.00248.x>

Submetido: 30/08/2015

Aceito: 21/12/2015